

# A INSERÇÃO PRECÁRIA DO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

**Marcelo Jose Moreira  
Niemeyer Almeida Filho**

Este trabalho busca remeter a discussão sobre a estrutura de ocupações e rendimentos brasileira a três aspectos: i) a educação como fator de mobilidade ocupacional e social; ii) o processo de resegmentação do mercado de trabalho brasileiro; e, iii) as condições atuais dos jovens nestas questões, através das dificuldades de inserção e manutenção no mercado de trabalho brasileiro. A par disto, este trabalho está organizado em duas seções. Na primeira, fazemos uma discussão sobre a importância da educação como pré-requisito para o acesso ao mercado de trabalho, através de concepções teóricas que nos ajudarão a traçar um paralelo com a situação do jovem na educação brasileira. Na segunda seção, tratamos de demonstrar a forma com que o jovem se insere no mercado de trabalho brasileiro, buscando afirmar a inserção precária deste “grupo-problema” em sua estrutura de ocupações.

## *Introdução*

Em razão do processo de globalização financeira e reestruturação industrial e os seus efeitos sobre o emprego, o tema educação voltou à tona pela via da qualificação do trabalho. Sustenta-se que o desemprego tecnológico tem a ver com uma incapacidade adaptativa do trabalho que não consegue inserir-se adequadamente num mercado de trabalho em franca transformação. Para apreender esta dimensão e avaliar a relevância do fenômeno formulou-se o conceito de empregabilidade que tem sido utilizado largamente nas análises focadas na perspectiva individual do trabalhador. Este, por princípio, deveria se adaptar aos novos processos gerenciais, organizacionais e produtivos mediante a qualificação.

A matriz teórica desta nova formulação é certamente a **teoria do capital humano**. Nesta concepção, desenvolvida no enfrentamento da modelagem do crescimento econômico e dos seus limites, sugere-se que uma avaliação do potencial dinâmico de uma economia deva incorporar não só a produtividade do trabalho, aferida diretamente no processo produtivo, mas também o capital humano. Este teria um status teórico semelhante ao capital, formulado como meio de produção.

Em nosso entender, esta forma de recolocar o tema educação na agenda de discussões sobre os rumos do país e da economia é eminentemente ideológica, porque desconsidera deliberadamente aspectos estruturais do mercado de trabalho brasileiro. Há, historicamente, uma defasagem de oferta de novos postos de trabalho comparada às necessidades colocadas pelo crescimento vegetativo de uma população economicamente ativa de perfil marcadamente distinto da dos países desenvolvidos.

Assim, obscurece-se uma problemática muito mais complexa em razão de uma perspectiva limitada de política pública voltada para a força de trabalho.

Neste artigo, propomo-nos a tratar de um dos segmentos do mercado de trabalho que exemplifica essas nossas considerações: o segmento jovem. Entendemos que a consideração deste segmento, das suas dificuldades de inserção podem auxiliar uma reflexão mais precisa sobre os dilemas e opções da política pública brasileira. A par disto, o artigo está organizado em duas seções. Na primeira, fazemos uma discussão sobre a importância da educação como pré-requisito para o acesso ao mercado de trabalho, através de concepções teóricas que nos ajudarão a traçar um paralelo com a situação do jovem na educação brasileira. Na segunda seção, tratamos de mostrar a forma pela qual o jovem se insere no mercado de trabalho brasileiro, buscando afirmar a inserção precária deste “grupo-problema” em sua estrutura de ocupações.

### ***1. Os jovens na questão educacional brasileira***

Castro e Cabrol (1998) discutem sobre a *"bolha que se move dentro da educação brasileira"*. Esta é identificada pelo contingente de jovens que, dado o movimento de queda das taxas de repetência e evasão, pressionam o sistema de ensino pela sua permanência por mais tempo nos bancos escolares. Como identificado pelos autores, o sistema de segundo grau paulista, auferido pelo número de alunos matriculados, cresceu 87% nos últimos dez anos. Deve haver uma investigação a respeito da crescente demanda nos diversos níveis de escolaridade do sistema de ensino, sendo que a expectativa é uma pressão extraordinária sobre o ensino superior.

O quadro educacional brasileiro é claramente insatisfatório, caracterizado pelo baixo número médio de anos de estudo, bem como do percentual de estudantes, em relação a população. Através de dados da PNAD/1995, Saboia demonstra que, dos 28,7 milhões de jovens, apenas 11,7 milhões encontravam-se na condição de estudantes, correspondendo para o indicador de frequência à escola a apenas 40,9% de jovens de 15 a 24 anos de idade que usufruíam de um estabelecimento de ensino. Levando em consideração as faixas de 15 a 17 anos, 18 e 19 anos e 20 a 24 anos, em separado, a taxa de escolarização se apresenta na ordem de 66,6%, 41,9% e 20,6, respectivamente.

*“Os índices de frequência à escola dos jovens refletem os resultados dos modelos educacionais adotado no país nas últimas décadas. Tais modelos foram fundamentados tendo a idade de 7 anos como a ideal para ingresso no sistema, e o primeiro grau constituído por um continuum de 8 séries para serem concluídas quando a criança atingir 14 anos. Desta forma, em termos ideais os jovens de 15 a 17 anos deveriam estar cursando as três séries do segundo grau. Conforme pode-se observar (...) apenas pouco mais de um terço dos estudantes deste grupo etário conseguia, em 1995, cursar o 2º grau.” (Saboia, 1998:505)*

Tomando por base os outros dois grupos de idade, ou seja, os jovens de 18 e 19 anos e os pertencentes à faixa de 20 a 24 anos de idade, que, dado o modelo de ensino adotado, deveriam estar cursando o *nível superior* e/ou já com este terminado, foram apresentados índices ainda mais preocupantes: apenas 10,6% dos estudantes de 18 e 19 anos estava cursando uma faculdade, enquanto que 66,4% dos jovens de 20 a 24 anos que estudavam, estava no primeiro e segundo grau. Talvez possamos articular este resultado apresentado por Castro e Cabrol (1998), no que tange ao movimento da *bolha* evidenciada no ensino médio da RMSP. E também podemos pressupor que, antes de ser um movimento que pretenda demonstrar um salto qualitativo de ingresso de pessoas no sistema educacional brasileiro, esta *bolha* demonstra na verdade o efeito líquido da defasagem na evolução escolar, evidenciada pelos dados apresentados por Saboia.

No que tange ao número de anos de estudos, o Brasil apresenta uma média de 3,9 anos para o conjunto de sua população, nível bastante baixo quando comparado a outros países da América Latina. O Chile e Argentina, por exemplo, apresentam média de 8,5 anos de estudo. Os jovens brasileiros, em 1995, apresentavam uma média de 6,6 anos de escolaridade, desse total, apenas 40,4% tem entre 5 a 8 anos de estudo e 24,8% tem 9 anos ou mais. Conclui-se que

*“(..)um problema mais sério do que a baixa taxa de escolarização da população jovem é a defasagem série/idade, resultante de altas taxas de evasão e repetência e que resultam num longo período em termos de anos médios passados na escola pelos jovens” (Berquó, 1998:26)*

Ao relacionarmos o quadro acima com o estudo de Pochmann (1998) sobre a educação e o emprego de jovens nos países avançados, - com este aspecto dos jovens brasileiros espelhado num movimento preocupante de acesso e manutenção no sistema de ensino - podemos afirmar que não se trata de um caso isolado de *retardamento de emancipação*. Na verdade, dadas as características apresentadas pelos jovens nos dois casos, há de se levar em conta a transformação pela qual passa o sistema capitalista em sua totalidade. Ou seja, os aspectos relacionados à forma como se apresenta o mercado de trabalho brasileiro vis à vis as mudanças ocorridas no

mercado de trabalho externo, colaboram para o aprofundamento da participação deste grupo na divisão social do trabalho. De forma que esta preocupação se faz presente em variáveis que dão sustentação a estas mudanças no mercado de trabalho, como a educação, por exemplo.

Kerti et alli (1997) analisa este argumento a partir de um estudo feito na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). As autoras indentificam “*uma nítida associação entre maior escolaridade e remunerações mais elevadas*”. Porém, o fator fundamental determinante para garantia de ampliação de rendimentos para os segmentos com menor nível de escolaridade é o acúmulo de experiência.

Esse é um dado relevante para a nossa argumentação, dado o fato de que além de identificarmos que o grau de escolaridade não pode ser entendido como pré-requisito fundamental à inserção ao mercado de trabalho, ele deve ser somado ao tempo de serviço no mesmo posto de trabalho, formalizando a questão do acúmulo de experiência. E tal posicionamento se justifica pelo fato de que, com a intensificação do processo de precarização das relações de trabalho a melhoria do perfil educacional do trabalhador brasileiro não teve contrapartida na forma de ampliação das oportunidades de inserção em empregos estáveis e protegidos a pessoas mais escolarizadas. (Kerti, et.alli, 1997:442)

Ao demonstrarem esta relação entre nível de escolaridade e inserção no mercado de trabalho, os jovens indicam que há pouca articulação entre o que é entendido como fato a partir da teoria e o que é demonstrado como fato a partir da realidade. De forma que:

*“Não faz sentido continuar dizendo, como é comum em análises aqui no Brasil, que o aumento da escolaridade do jovem não está resolvendo o problema do desemprego juvenil. Aliás, é bom ressaltar que a importância que se atribui hoje à formação dos recursos humanos não tem relação alguma com a questão do desemprego em geral. (...) o papel do capital humano está em atuar sobre os níveis de produtividade e contribuir para o desenvolvimento da economia, sendo que a questão do desemprego responde a outra dinâmica.”* (Madeira, 1998:458)

Neste sentido, entendemos que a autora procura demonstrar que o capital humano se ocupa com os empregados. O que remete o desemprego a um maior desenvolvimento entre as instituições que formam o complexo de sociedade existente. Daí que o desenvolvimento do ímpeto da empregabilidade nos atores que estão à margem do mercado de trabalho não pressupõe o resultado final incutido na própria palavra.

## 2. Os jovens no mercado de trabalho brasileiro

Em se tratando do mercado de trabalho propriamente dito, não bastando a exclusão evidenciada no aumento da taxa de escolarização, o que indica uma maior permanência e a volta do jovem para o sistema de ensino brasileiro, há que se discutir a forma pela qual se apresenta a participação precária deste grupo no mercado de trabalho.

Em outubro de 1997, ministros dos países mais industrializados concordaram em lançar uma campanha visando a criação de empregos para jovens. Desta forma, seria criada uma “importante cúpula para a juventude”, com apoio da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), para elaboração de um plano de grande abrangência destinado a reduzir o desemprego entre os jovens. No caso dos países em desenvolvimento, como o Paraguai, que possui uma população predominantemente jovem, o problema se agrava, devido ao fato de metade da PEA das zonas urbanas paraguaias ter inserção informal na economia. Assim, 52% dos trabalhadores informais tem em média 30 anos, e 25% tem menos de 25 anos de idade, o que demonstra que o setor informal é um paliativo para o desemprego que afeta, em maior proporção, os mais jovens.

No Brasil, através de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo convênio SEADE/DIEESE, observa-se que a taxa de desemprego, para a faixa etária de 18 a 24 anos de idade, ficou em 27,7% no ano 1999, a maior de uma série histórica iniciada em 1985.

Para entendermos melhor o que esses dados significam, é interessante registrar a existência da *onda* que forma o quadro demográfico no Brasil. Trata-se de uma *onda jovem*, que identifica *pico abrupto no número de adolescentes, cuja média gira em torno dos 17 anos hoje*. Tal movimento tende a colaborar em muito para análise de tendências, ao que diz respeito à participação deste segmento populacional, por exemplo, no mercado de trabalho.

Madeira (1998), ao identificar esta *onda*, mostra que, em função dela, as gerações de adolescentes em 1995 e 2000 serão maiores do que as gerações de 1985 e 1990 em 2,3 e 2,8 milhões de pessoas, respectivamente. Desta forma, acrescenta a autora que, mesmo observando um número da ordem de 16 milhões de adolescentes (PNAD/1995), os acréscimos citados podem ser considerados proporcionalmente pequenos em relação ao total do grupo etário. Entretanto, “*um incremento da ordem*

*de dois milhões de jovens acaba tendo impactos substantivos tanto no mercado de trabalho quanto no sistema escolar.”(Madeira, 1998:434).*

Sobre este processo, Berquó (1998) cita que, de acordo com a PNAD/1995, 57% da população de 15 a 19 anos de idade fazia parte da PEA, e que, entre 1992 e 1995, houve uma queda de participação desse grupo, de 60% para 57%, demonstrando um movimento de exclusão no mercado de trabalho brasileiro. Já na faixa de 15 a 24 anos de idade, a PEA alcançou 18,8 milhões de pessoas em 1995, o que representa 65,2 do total da população que pertence a esta faixa etária. Entretanto, os dados demonstram que ela apresentou um declínio de mais de dois pontos percentuais no triênio 1992-1995 (Arias, 1998). Neste sentido, *"essa situação configura uma severa exclusão da capacidade de geração de renda domiciliar" e "a geração recente de oportunidades ocupacionais foi particularmente desfavorável para os jovens"*.

Em relação à exclusão, cabem duas observações citadas por Arias (1998:522): **i)** afetou principalmente o grupo etário de 15 a 19 anos de idade; e, **ii)** numa análise desagregada por grupos sociais, revela que o grupo social mais carente, constituído por famílias com rendimentos per-capita até ½ SM (salário mínimo), incluindo famílias sem rendimento, que detinham 38,7% dos jovens de 15 a 24 anos de idade e apresentando taxa de atividade de apenas 48,7% entre os jovens.

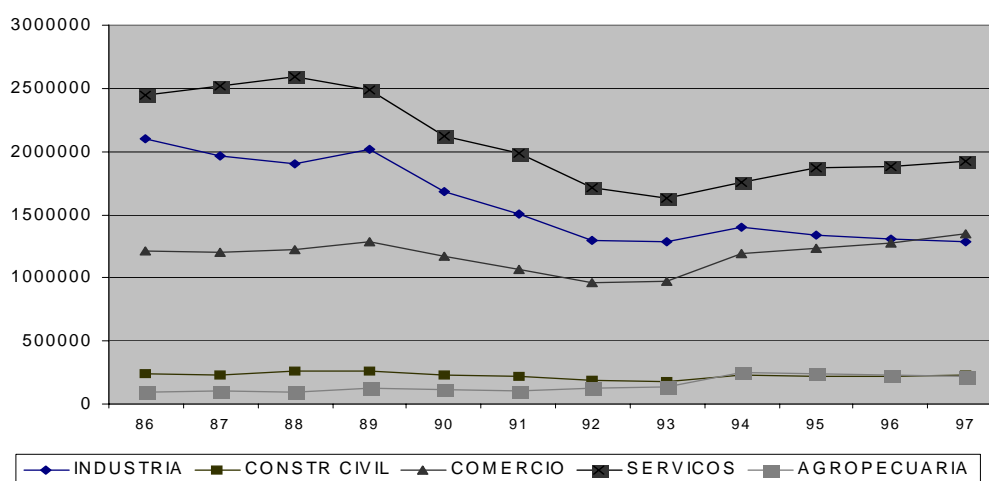
Em se tratando de desemprego, segundo Pochmann (1998), a taxa de desemprego juvenil no Brasil apresenta uma forte elevação nos anos 90. Em 1996, a região Sudeste contava com a maior taxa de desemprego juvenil (15,5%) e a região Nordeste a menor (10,3%). Em 1997, do total da população juvenil, 54,3% era inativa e 45,7% ativa, sendo 7,9% desempregada e 37,8% ocupada. Em 1980, 53,9% era inativa e 46,1% ativa, com 2,2% de desempregados e 43,9% de ocupados. Ainda seguindo o argumento do autor, nos últimos 17 anos (1980-1997), a distribuição da população juvenil apresentou redução do nível de ocupação da ordem de 14%, com crescimento do desemprego e da inatividade. Tal condição conta com uma inserção desse grupo em segmentos de baixa produtividade e alta precariedade do posto de trabalho.

*“O destaque fica por conta do avanço da categoria empregados no contexto ocupacional juvenil. Ao contrário do que ocorreu no conjunto dos ocupados, onde essa categoria de trabalhadores diminuiu de 52,3% em 1992, para 51,2% em 1995, entre os jovens ela mostrou um crescimento de 60,1% para 60,5%, acumulando 181 mil novas contratações, patamar quase idêntico ao total de*

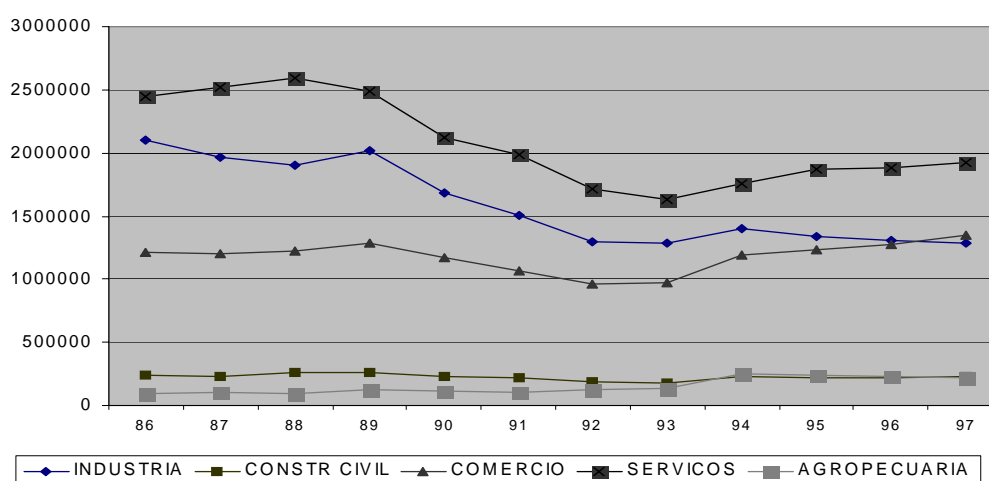
*novas ocupações criadas para essa faixa etária. Entretanto, os dados dão conta que 82% desse insuficiente aumento correspondeu a empregados sem carteira de trabalho. (Arias, 1998:524)*

Através dos dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho e Emprego, observamos que, entre 1986 e 1997, houve perda de 1.067.319 postos de trabalho, ocupados por jovens de 15 a 24 anos de idade, no Brasil. Neste total, a Indústria foi responsável pela perda de 810.855 postos; o setor Serviços, por 520.359; e o setor Construção Civil, pela perda de 8.622 postos de trabalho. Os setores Comércio e Agropecuária apresentaram evolução positiva de 138.098 e 134.419 postos, respectivamente.

Evolução do Emprego Formal de Jovens de 15 a 24 anos de idade por Grande Setor/IBGE - Brasil - 1986/1997



Evolução do Emprego Formal de Jovens de 15 a 24 anos de idade por Grande Setor/IBGE - Brasil - 1986/1997



A análise dos dados apresenta a seguinte configuração: os jovens brasileiros estão inseridos no Comércio e no setor Serviços – com predominância de participação

para o primeiro -, onde há exigência cada vez maior de, no mínimo, o 2º grau completo, havendo aumentos nos níveis de rendimentos. Ao que parece indicar, como já havíamos citado anteriormente, este setor aponta uma dinâmica de movimentação semelhante à que se evidencia no mercado primário de trabalho, no que tange à importância da educação. Tal suposição se baseia no fato de que, à medida em que as pressões deste segmento da força de trabalho se oriente para este setor, ele se diferencia das práticas existentes no mercado secundário, que lhe sustenta. Sendo assim, a necessidade por obter trabalhadores mais escolarizados transforma a dinâmica estrutural interna deste setor. Se o mercado secundário possuía dinâmicas próprias que o diferenciava por completo do primário, e não dava condições para que o trabalhador dele pertencente se deslocasse para este último (como citado pelo argumento da segmentação), o que supomos é que o setor Comércio (até mesmo acrescentado ao de Serviços) passe a apresentar movimentos que agudizem a dicotomização do mercado de trabalho, associada à complexificação da heterogeneidade da força de trabalho.

Uma característica que se faz presente quando da análise dos jovens no mercado de trabalho é o primeiro emprego. No período 1994-1997, houve variação positiva de 9,28% no total de jovens admitidos no primeiro emprego, ou seja, uma entrada de 79.193 novos trabalhadores. Nos setores Comércio e de Serviços, os jovens tiveram as suas maiores chances de encontrarem o seu primeiro emprego: 24% e 20,3% de acréscimo em 1997, em relação ao ano de 1994. Interessante é que neste mesmo período o reemprego demonstrou queda de 3%. Assim, 49.599 jovens deixaram de ser contratados nestes anos. O que tende a ser explicado pela dispensa ocasionada na análise do grau de instrução.

Como cita Pochmann (1998:17):

*“Tempos distintos de ingresso dos jovens no mercado de trabalho tendem a gerar distorções não desprezíveis ao longo da trajetória ocupacional. Ao mesmo tempo, com desempenho escolar distinto, o padrão de inserção ocupacional torna-se cada vez mais heterogêneo.”*

E é exatamente esta heterogeneidade que dá sustentação para uma formação agudizada ao mercado de trabalho brasileiro, no que tange à participação dos jovens. Como identificado por Pochmann (1998), ao não demonstrar alteração radical nas condições de inatividade, como nos países desenvolvidos, a pressão destes atores no



mercado de trabalho brasileiro, continuará resultando em maior desemprego. Assim,

*“Se para o jovem de origem familiar popular a efetivação de uma trajetória ocupacional no mercado de trabalho já não era fácil, agora, então, tornou-se ainda mais difícil. Também para os jovens pertencentes às famílias melhor posicionadas tendem a encontrar crescentes barreiras para produzir e reproduzir o padrão de vida de seus pais, mesmo tendo escolaridade equivalente ou até mais elevada” Pochmann (1998:21)*

Ora, há, portanto, uma clara evidência de empobrecimento dinâmico, tornando o mercado de trabalho ainda mais segmentado e com forte pressão sobre a camada mais jovem da população. Medeiros e Salm (1994:56), identificaram este processo, a partir do estudo de Reich (1992):

*“Segundo Reich, estaríamos assistindo a uma re-segmentação do mercado de trabalho, devido ao deslocamento do grupo superior dos mercados “primários”, grupo que ele denomina de “analistas simbólicos”. O segundo segmento é composto dos trabalhadores qualificados e semiquualificados das grandes empresas, o núcleo “duro” mesmo do mercado de trabalho. E o terceiro, antes chamado de “mercados secundários”, refere-se aos ocupados em atividades mais desestruturadas, geralmente em micro e pequenas empresas, principalmente em serviços.”*

Acrescentam, ainda os autores, que o que Reich apresenta como novo, é o caráter desarticulado da reestruturação evidenciada no mercado de trabalho. Assim, enquanto o segmento superior usufrui de todas as vantagens da globalização e da flexibilização, os demais, mais afetos a tarefas rotineiras, sofrem as perdas.

### ***Considerações Finais***

A precarização das condições do trabalho é um fenômeno dos avanços do processo de acumulação de capital, na fase atual do capitalismo. Ela resulta da reestruturação industrial, com inovações tecnológicas de grande efeito sobre as relações capital/trabalho (relações sociais de produção), que ultrapassam em muito os limites do processo produtivo, ganhando o âmbito da economia como um todo. Desta forma, vários postos de trabalho são suprimidos, cedendo espaço à automação, às inovações tecnológicas e organizacionais, e às transformações estruturais relativas ao que se convencionou chamar de “mundo do trabalho”. Com isso, “(...) os trabalhadores estão condenados a trabalhar onde, como e quando quer o processo social de produção – em uma palavra: o capital” (Peliano, 1990)

A questão, portanto, transcende a ótica da existência de mercados, perpassando as discussões sobre mobilidades e realocações. O problema é de outra natureza, de forma que as misérias das famílias, o trabalho desde criança, o analfabetismo e a baixa escolarização básica, excluem hoje, muito mais que no passado, um imenso contingente de jovens de uma chance melhor para se inserir no mercado de trabalho.

Assim sendo, não há empregabilidade que resolva o problema da permanência na condição de desemprego. De forma que, se partirmos do pressuposto de que o indivíduo dotado dessa “qualidade” se caracteriza por estar apto a fazer frente às constantes mudanças ocorridas no mercado de trabalho, os jovens brasileiros estão fadados à exclusão. Por contradição, a busca deste mecanismo de ingresso (a empregabilidade) indica uma constante “preparação” de permanência (ou buscar entrada) num mercado de trabalho completamente precário. Este mecanismo assim se afirma e marca a sua existência.

Em síntese, parece claro que os efeitos do desenvolvimento das forças produtivas sobre o emprego brasileiro não são positivas, sobretudo no segmento dos jovens, de forma que a conformação da estrutura de ocupações se apresenta particularmente frágil. Resta discutir até que ponto os efeitos e a fragilidade põem em xeque o processo de desenvolvimento brasileiro, impondo limites adicionais ao capital local, significativamente dependente do mercado interno.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

BERQUÓ, E (org.). *Jovens no Brasil: diagnóstico nacional*. Brasília: CNPD, 1997.

CASTRO, C.M. e CABROL, M. A bolha que caminha pelo ensino brasileiro. In: *Como Vai? População Brasileira*. Brasília: IPEA, ano III, nº 2, 1998.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. In: *Economia e Sociedade* (5), Campinas: IE/Unicamp, dez, 1995.

DEDECCA, C.S. Emprego e Qualificação no Brasil dos anos 90. In: *Anais do VIII Encontro de Economia Política, Sociedade de Economia Política*. 1998.

KERTI, B.M., WATANABE, M.I. e BRANDÃO, S.M.C. Escolaridade e inserção ocupacional. In: *Anais do V Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*, Rio de Janeiro: ABET, set, 1997.

- LIMA, R. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. In: *Pequisa e Planejamento Econômico 10 (1)*. Rio de Janeiro, abr, 1980.
- MADEIRA, F.R. Recado dos jovens: mais qualificação. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD, v.2, 1998*.
- MATTOSO, J. O Brasil desempregado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999
- MEDEIROS, C.A e SALM, C. O mercado de trabalho em debate. In: *Novos Estudos*. CEBRAP, nº 39, jul, 1994.
- OFFE, Claus. Capitalismo Desorganizado. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PELIANO, C.J. Acumulação de trabalho e mobilidade do capital. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Unb, 1990.
- \_\_\_\_\_. Reconversão econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil. Versão preliminar. Campinas: CESIT/IE/UNICAMP, 1998.
- \_\_\_\_\_. Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 90. Versão preliminar. Campinas: CESIT/IE/UNICAMP, 1998.
- \_\_\_\_\_. A inserção ocupacional dos jovens nas economias avançadas. Versão preliminar. São Paulo: DIEESE/CESIT/CNPq, 1998.
- SABOIA, A.L. Situação educacional dos jovens. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD, v.2, 1998*.
- SALM, C. Escola e Trabalho: São Paulo: Brasiliense, 1980.
- \_\_\_\_\_. Vai ser difícil requalificar In: Boletim de Conjuntura - IE/UFRJ, 1997.